

**32º Encontro Anual da Anpocs**

**Trajetória e *habitus* de militantes do MST**

**GT 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência:  
reflexões a partir do rural**

**Autora: Débora Franco Lerrer**

Com mais de duas décadas de existência, a articulação e as ações que deram origem ao Movimento Sem Terra (MST) ocorreram principalmente no Sul do Brasil. No processo de ampliação de sua atuação para os demais estados da federação, o MST promoveu o envio de militantes, sobretudo do oeste de Santa Catarina e do Alto Uruguai gaúcho, para difundir sua “metodologia”<sup>1</sup> de luta pela reforma agrária, baseada na formação de acampamentos e em ocupações de terra. Foi através desse processo de “migração militante” que o MST conseguiu nacionalizar sua luta, estando hoje organizado em 23 estados brasileiros. Este trabalho trata da trajetória de duas gerações de militantes sulistas do MST que foram para o Nordeste nos anos 80 e 90, de modo a levantar características que marcam este estilo de militância, ou *habitus* militante que se estruturou e se difundiu nacionalmente ao longo deste período.

Uma das características marcantes da militância do MST é ela tomar conta de várias dimensões da vida pessoal de seus integrantes. Ser um “sem-terra” é viver muito próximo da dinâmica que Yon (2005) analisou entre os militantes “lambertistas”, visto que “entrar” no MST pressupõe um “engajamento total”, que é característico dos movimentos revolucionários e que, por sua vez, modela as disposições dos agentes, sua representação do mundo, seus repertórios de ação e acabam por marcar fortemente a vida de seus integrantes (Yon, 2005, p.138) a ponto de fazê-los aceitar o “convite” ou a “tarefa” de sair de seus estados de origem, transferindo-se para outros estados da federação para contribuir com a estruturação do MST nestes locais.

Para Caldart (2004), esta disposição é um dos resultados da vivência nos acampamentos do MST, já que esses militantes passam a viver e a estabelecer relações sociais mediadas por uma experiência cotidiana muito marcante. Por seu raciocínio, é esta experiência que faz com que a luta tome todas as dimensões da vida desses militantes, abrindo a possibilidade de motivar que alguns deles saiam de seus lugares de origem para ajudar a organização em outro Estado. No entanto, esta disposição de militar de forma integral em um movimento social formado por assalariados rurais e camponeses não é, como aponta Caldart, um resultado direto da vivência no acampamento. Há outros elementos anteriores a essa experiência e que marcam a biografia dos militantes das gerações estudadas nesse trabalho. Inicialmente, é importante frisar que os acampamentos de sem-terras são a estruturação de uma determinada cultura política em

---

<sup>1</sup> Termo que muitos dos militantes utilizam para chamar seu processo de organização e articulação para reunir sem-terras e promover ocupações de terras.

que os elementos camponeses e “gaúchos”<sup>2</sup> se entrelaçam com o trabalho pastoral das igrejas cristãs. Através das entrevistas feitas, observa-se que, mesmo tendo tido pouca vivência em acampamentos, esta cultura política levou certos indivíduos a aceitar um “convite” que, em meados dos anos 80, só era possível de ser compreendido dentro de um particular meio social e cultural que existe no interior dos três estados meridionais do Brasil. Embora a vivência de poucos dias em um acampamento já seja marcante, nem sempre ela redonda na vontade de “militar”, muito menos na de migrar para outros estados por conta deste engajamento político. No entanto, cerca de dois, três anos depois, este “convite” também já havia sido compreendido e aceito em outras regiões do país por rapazes e moças “solteiros”<sup>3</sup> em seus vinte poucos anos.

O envio de jovens militantes sulistas para contribuir com a expansão do MST para os estados do Nordeste se deu continuamente, portanto, é interessante usar a categoria geração para dar conta de características diferentes que esse processo veio tomando ao longo do tempo. Cada uma dessas “gerações de militantes” (Péchu, 2001) teve uma relação peculiar com seu engajamento, dada sua faixa etária – já que todos eram bem jovens, entre 19 e 27 anos - e por vivenciarem contextos históricos diferentes do MST, de sua luta social, assim como da sociedade brasileira.

Tomo como ponto de partida a concepção de que há uma dialética permanente entre história individual, institucional e o contexto e que, portanto, as trajetórias das pessoas entrevistadas para esta pesquisa são exemplares dentro da construção da cultura política do MST, ou mais precisamente, de seu estilo de militância, ou *habitus* militante. Em sua reflexão sobre a análise do engajamento individual, embora utilize-se do conceito de “carreira”, ao invés de “trajetória”<sup>4</sup>, Fillieule (2001) sintetiza bem esta linha de

---

<sup>2</sup> A formação de acampamentos coletivos para demandar reforma agrária é uma prática política inaugurada pelo Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), no início da década de 60, sob incentivo do então governador do RS, Leonel Brizola.

<sup>3</sup> É importante frisar que neste grupo social, a entrada na categoria adulta parece ser alcançada através do casamento - “amontoamento”, “amancebamento” – e o nascimento dos filhos o que implica a necessidade de maior estabilidade.

<sup>4</sup> Fillieule frisa que ambos os conceitos compartilham de certo número de propriedades comuns, como a atenção igual aos processos e à dialética permanente entre história individual e instituição e, mais geralmente, os contextos. No entanto, ele prefere usar “carreira”, ligado à sociologia interacionista, porque o conceito de trajetória está ligado à tradição teórica de Bourdieu que concebe a biografia como “interiorização do provável” e se articula à noção de *habitus* e de campo, que ele não pretende utilizar. Enquanto análise da “carreira” mostra que certas escolhas são produtos de uma interação entre a ação dos indivíduos e a determinação das estruturas, a análise da trajetória subordina a intelegibilidade biográfica à descrição das estruturas objetivas que a precedem em um determinado “campo social”, e que reatualizam o *habitus* através das conjunturas que ele atravessa. Como eu estou operando com o conceito de *habitus*, tomo a liberdade de manter minha reflexão dentro da tradição de Bourdieu, pois, em que pese as críticas

análise ao chamar atenção de que o militância deve ser compreendido como atividade social individual e dinâmica (Ibid.,p.200) e chama a tenção como a cada etapa da biografia de um militante, é importante perceber como as atitudes e comportamentos atuais são determinadas pelo passado e condicionam, por sua vez, o campo de possibilidades que estão abertas no futuro, vinculando o engajamento individual com o ciclo de vida dessas pessoas (Ibid., p.201). É importante observar também que a busca pela realização pessoal através da militância ao invés, por exemplo, da carreira profissional é, em si, uma escolha muito particular de indivíduos que, por terem escolhido esse caminho, possuem características comuns entre si, mas não tão presentes em outros mundos sociais pautados por outras lógicas, como a da promoção profissional.

Em linhas gerais pode-se destacar quatro gerações de militantes na trajetória do MST<sup>5</sup>. Os que classifico como integrantes da primeira geração são aqueles que chegaram ao Nordeste, entre 1985 e 1988, em plena vigência do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) durante o governo Sarney. Eles se instalaram na Bahia, em Sergipe ou em Alagoas para criar ou implantar nesses locais a luta pela terra no modo como ela vinha se estabelecendo no Sul do país. Alguns desses militantes demoraram para se fixar, circulando em todos os estados nordestinos. Era praxe que todo este grupo de “militantes migrantes” se reunisse em algumas ocupações ou mobilizações do MST nos diferentes estados da região. No dizer de um deles, o Nordeste era visto então como “um só grande estado”. Com o passar do tempo, o MST passou a estimular a estruturação estadual da organização, descentralizando-a através da criação de Secretarias Estaduais e contínua autonomização desta estrutura em relação à Secretaria Regional do MST no Nordeste, que se localizava em Alagoas e que acabou sendo dissolvida<sup>6</sup>. Alguns dos militantes

---

que são feitas à sua abordagem, como seus aparentes determinismos - como a hipótese de que a decadência social explica o engajamento e, portanto, o investimento no militância e não na carreira profissional (Péchu, 2001, p.74) - creio que é possível trabalhar nesta tradição teórica sem cair em reducionismos.

<sup>5</sup> Esta categorização foi, em parte, sugerida por um dos entrevistados desta pesquisa e também se apóia no no conceito de “geração militante” utilizado por Cecile Péchu. Esta autora distinguiu três gerações de militantes que se sucederam ao longo do tempo de criação do movimento DAL (Droit au longement) um movimento de sem-teto francês, entre os anos 1991 a 1996, cada qual com uma relação particular com seu engajamento a esse movimento social porque suas adesões ocorreram em períodos diferentes, marcadas, em linhas gerais, pela origem política e social desses militantes, por determinadas mobilizações, e mesmo, pela notoriedade do DAL na mídia. Assim como neste trabalho sobre duas gerações do MST, Péchu apresentou a história de vida de militantes cujos processos de engajamento e modos de militância constituíam exemplos típicos das gerações analisadas.

<sup>6</sup> Este processo de descentralização é característico da dinâmica organizacional do MST. Até para efeitos de negociação com os governos estaduais, o Movimento buscou se estruturar acompanhando esta divisão

desta primeira geração que não voltaram a seu estado de origem, Santa Catarina, se tornaram dirigentes e referências tanto nacionais como estaduais do MST.

Os militantes da segunda geração chegaram a esses estados depois que o MST já estava implantado e com assentamentos. Os deslocamentos dessa geração, que se forma a partir de 1989 e vai até 1997, têm características que continuaram se reproduzindo no MST nas gerações posteriores. Além de se envolverem na organização de acampamentos e de formas de lutas que se articulam em torno de um calendário (em geral, associado ao agrícola), cujas mobilizações são definidas pela coordenação nacional do MST (composta por dois ou três dirigentes de cada estado, mais os responsáveis pelos setores organizados tematicamente), estes militantes oriundos da região Sul também passaram a ter influência marcante na área da formação, da organização de assentamentos e na formulação das políticas a serem demandadas pelos sem-terra desses estados. É característico dessa geração já começar a haver deslocamento de jovens que não eram da região Sul, que se dirigiam para estados localizados em sua mesma região de origem, como foi o caso de militantes que saíram do Piauí e se instalaram no Maranhão. Alguns desses integrantes da segunda geração foram deslocados para ocupar cargos de direção, outros para contribuir com algum setor específico do MST, mas há um caso em que o militante tomou a iniciativa de ir para o Nordeste individualmente.

Os militantes da terceira geração começaram a ir para outras regiões na forma das “brigadas nacionais”, a partir de 96 e 97. Elas eram compostas por militantes de vários estados, ainda com forte presença do Sul e sem ter necessariamente o objetivo de se fixarem nesses locais. Organizadas pela coordenação nacional do MST, as brigadas eram integradas por militantes encarregados de ajudar em dificuldades “orgânicas ou políticas”, mas de forma pontual. Embora não se procurasse promover a fixação desses militantes nesses estados, alguns acabaram ficando e tornaram-se dirigentes, inclusive participando na direção nacional.

A quarta geração seria composta pelas “brigadas de militantes” organizadas mais recentemente. Elas têm por objetivo contribuir na formação política e na organicidade<sup>7</sup> das bases do MST, e esses militantes não são deslocados com perspectivas de virem a se

---

territorial e política do Brasil. Dentro dos estados, ele começou a se organizar regionalmente e hoje, a partir da chamada “nova organicidade”, o MST procura se estruturar em micro-regionais,

<sup>7</sup> É bem provável que eles se desloquem para contribuir na implantação da “nova organicidade”, nova metodologia de organização da base que exige uma reprodução e capilarização em maior escala da militância do MST, mas nem todos os estados conseguem “produzir” tanta militância.

projetar para ocupar cargos de liderança nos estados onde foram enviados. Uma de suas funções é estimular a formação de núcleos de acampamentos e assentamentos do MST, ajudando na projeção e formação de lideranças para ocuparem esses espaços. O período de permanência desses militantes nos estados é determinado e tem prazo para terminar. Mas o MST, enquanto organização, costuma ter bastante flexibilidade para associar demandas pessoais e organizacionais. Logo, nunca pode ser descartada a possibilidade de um militante resolver ficar em um estado para o qual foi deslocado. Além disso, o deslocamento individual de militantes “especializados” em alguma tarefa ou setor específico do MST (produção, educação, formação, frente de massas, direitos humanos, etc.) continua a ocorrer até hoje.

Neste trabalho, apresento a trajetória dos militantes de primeira e segunda geração que rumaram para o Nordeste<sup>8</sup>. Alguns deles circularam por vários estados antes de se fixarem definitivamente. Só dois vivem hoje no mesmo lugar para onde se dirigiram primeiro, Sergipe e Bahia, em meados da década de 80. No caso da segunda geração e já indicando seu grau de mobilidade, três dos quatro militantes entrevistados para este estudo já não vivem mais nos lugares onde os encontrei na época, mas não pude apurar as razões disso. Só é possível supor que, por terem partido tão jovens de seus lugares de origem, são indivíduos predispostos a essas mudanças.

Partindo dessas trajetórias de vida, este estudo visa enfatizar aspectos particulares e coletivos do percurso empreendido por estes dois grupos e, através desses relatos, procurar delinear como se estrutura esse *habitus* dos militantes do MST, o estilo “sem-terra” de militar, que traduziu-se na vida concreta desses indivíduos de origens sociais e culturais semelhantes e que deram corpo para gerar e reproduzir a identidade sem-terra.

### **Primeira geração: a militância como devoção**

A decisão de enviar militantes sulistas para o Nordeste “nunca foi tomada como uma linha política geral”, de acordo com depoimento de João Pedro Stédile<sup>9</sup>. Segundo ele, “foi se desenvolvendo como uma espécie de prática natural, de mútua solidariedade”

---

<sup>8</sup> As entrevistas foram feitas em diferentes períodos e trabalhos de campo: no Rio de Janeiro, em janeiro de 2005 e fevereiro de 2006; durante a Marcha Goiânia-Brasília, em maio de 2005; em Aracaju e Caruaru em junho e julho de 2006 e em João Pessoa em maio de 2005 e abril de 2006.

<sup>9</sup> Entrevista dada a esta pesquisadora por escrito (03/09/2006).

e foi motivada por “uma necessidade objetiva de acelerar o processo de articulação nas regiões de maior contingente de sem-terra, que era o Nordeste”.

Diante dessa “necessidade”, os filhos de camponeses sulistas eram os candidatos “naturais” para essa tarefa, porque, segundo Stédile, tinham mais escolaridade e, portanto, se “projetavam”, “tinham mais facilidade em se transformar em militantes”. Outra característica que favorecia este grupo para esta “tarefa” era o fato de serem oriundos de famílias que detinham algum excedente econômico, pequenos proprietários rurais que, muitas vezes, integrados em circuitos agroindustriais, haviam conseguido acumular algum patrimônio. Além disso, frisa Stédile, esses jovens receberam grande influência de valores da Igreja como o “missionarismo”. Segundo ele, havia tanta disposição de “ir numa missão ajudar os outros” que “naturalmente” esses jovens se “inscreviam”, “se ofereciam para ir”.

Desse grupo “pioneiro” de jovens militantes sulistas, que se deslocaram na segunda metade da década de 80 para o Nordeste, quatro se fixaram nos estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba<sup>10</sup>. Um deles hoje está em São Paulo. Por serem os primeiros, estes indivíduos se tornaram exemplares, estimulando outros a percorrerem os mesmos caminhos, reproduzindo seu padrão de migração nas gerações seguintes.

Todos esses militantes são filhos de pequenos proprietários rurais de Santa Catarina, migraram muito jovens e tiveram algum tipo de “militância na Igreja”, na Pastoral da Juventude ou em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dos homens, três casaram-se com “companheiras”<sup>11</sup> do Nordeste em poucos anos, fenômeno que veio a se repetir nas gerações seguintes. Em geral, esses parceiros matrimoniais faziam parte da rede social, vinculada a sindicatos de trabalhadores rurais ou Igreja, que acolheu esse “enviado” do Sul. Já a única mulher deste grupo de pioneiros que participou deste início do MST no Nordeste, tornando -se dirigente, casou-se e teve filho mais tarde.

Alguns deles cumpriram parte de seus estudos em seminários da Igreja Católica. Dois deles, incluindo a única mulher do grupo, trocaram a carreira religiosa, para a qual

---

<sup>10</sup>Uma mulher que fez parte deste grupo permanece no Rio Grande do Norte, onde é assentada, mas “saiu” do MST, ou seja, embora seja assentada, não cumpre “tarefas” definidas pelo Movimento ou ocupa instâncias da “organização”. Infelizmente, não foi possível entrevistá-la para este trabalho, pois seu desengajamento do MST poderia iluminar muitos aspectos. Espero que, algum dia, eu incorpore sua experiência a um trabalho posterior.

<sup>11</sup> As esposas também são militantes do MST.

estavam se direcionando para adotar a causa da reforma agrária, aceitando a proposta de “ajudar a construir” o MST no Nordeste.

A escolaridade dos primeiros enviados do MST é um fator que inegavelmente os destacava no Nordeste e isso também se reproduz na geração seguinte. De acordo com estudo realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e divulgado em junho de 2003, se no meio rural brasileiro a taxa de analfabetismo já era três vezes superior à da população urbana: 28,7% e 9,5%, respectivamente, os contrastes regionais eram ainda mais acentuados. No Nordeste, o índice era de 40,7%, alcançando 49,2% no Estado do Piauí. Enquanto isso, a região Sul contava com 11,9% de analfabetos na área rural<sup>12</sup>.

Todos os membros desse grupo seguiram os estudos até, pelo menos, o segundo grau. José<sup>13</sup> é o único do grupo que não o completou: fez dois anos desta etapa em um Seminário, mas a família teve muitas dificuldades de continuar pagando suas despesas<sup>14</sup>. Questionado se foi para o seminário para estudar ou para ser padre, disse: “as duas coisas”. Ao voltar a estudar para terminar o 3º ano e obter o diploma do secundário, desistiu de concluí-lo para participar de curso oferecido pelo MST em São Paulo. “Quando eu ia terminar o segundo grau, em novembro de 86, apareceu um curso do Movimento, que eu achei muito importante e tal, e aí abandonei”.

José refere-se ao I Curso Nacional de Jovens Monitores, onde teve acesso à “introdução de filosofia com modos de produção”, conteúdo que o “interessou muito”, fazendo-o decidir “ficar mesmo no Movimento”. Quando viajou para o Sergipe, aos 19 anos, em fevereiro de 87, ele, que até tinha uma noiva em vista em seu estado, pretendia voltar para Santa Catarina seis meses depois<sup>15</sup>, mas não voltaria mais para casa. Iria para algum acampamento ou alojamento do MST. Apesar das dificuldades iniciais e da completa falta de recursos enfrentada nos primeiros meses, não voltou a viver em Santa Catarina, permanecendo em Sergipe, onde constituiu família e é hoje assentado.

---

<sup>12</sup> Embora sejam relativamente antigos, esses dados dão um panorama aproximado do contexto educacional vivido pelos militantes do MST entrevistados para este trabalho.

<sup>13</sup> Para preservar a identidade dos entrevistados, todos os nomes citados neste trabalho são trocados.

<sup>14</sup> Faz parte da estratégia de reprodução social das famílias camponesas do interior dos estados do Sul enviar um dos filhos para estudar em um Seminário.

<sup>15</sup> Em famílias em que a autoridade paterna é muito forte, como é o caso dos camponeses do sul do país, o questionamento da autoridade do pai gerava, costumeiramente, a saída do filho da casa da família, como foi o caso dele.



Ao mencionar que o contato com noções de marxismo o fez optar por um engajamento mais integral com o MST, José aponta um dos elementos ideológicos que explicam o comprometimento com este movimento social. Isto evidentemente não se dá por acaso, pois a força mobilizadora de algumas noções de marxismo no mundo, durante o século XX, foi a raiz de várias revoluções sociais e lutas anti-coloniais. É interessante observar que, ao contrário da maioria de seus pares existentes no Brasil, o MST manteve o marxismo em alta em um período de franco declínio do poder de atração desta ideologia, haja visto o desmoronamento do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu. Até hoje, na visão de dirigentes do MST, a reforma agrária não é “o estratégico”, como expressa um deles, ao explicar o atual engajamento da organização na formação técnica e acadêmica de seus quadros:

A luta pela reforma agrária é tática para nós fazermos um processo de luta e de construção da revolução. Então, se tu quiser construir a revolução, tu não constrói apenas com quadros formados política ideologicamente sem nenhum outro conhecimento geral da sociedade

O abandono do curso de Teologia no último semestre também é presente na trajetória de Paulo. Ele concluiria a graduação no primeiro semestre de 85, mas acabou interrompendo-o ao engajar-se na preparação das 18 ocupações simultâneas realizadas em 25 de maio de 85, na região de Abelardo Luz, Santa Catarina. Ele conta que pretendia recomeçá-lo no segundo semestre, mas acabou indo para a Bahia, com a idéia de ficar lá dois ou três meses e retornar para seu estado para terminar o curso no primeiro semestre do ano seguinte. Entretanto, na volta, ao participar do I Encontro Nacional do MST, realizado no início de 86, recebeu uma tarefa que não pôde recusar:

A direção achou importante que tivesse alguém para acompanhar o Nordeste. Já havia vários germes de Movimento, áreas de conflito, pastorais, sindicatos que pediam ajuda. Na época só tinha uma pessoa em São Paulo, que fazia essa ponte pela CPT ainda, né? Então houve essa, de certa forma, uma imposição: você fica em São Paulo e viaja pelo Nordeste. Fica na Secretaria Nacional pra dar ajuda.

Filhos de pequenos proprietários rurais, com militância na Igreja e uma formação educacional média elevada em relação à realidade do meio rural brasileiro como um todo, esta geração deu os contornos do “*habitus* militante” do MST. As gerações seguintes tiveram esse grupo como modelo, não só pelo exemplo do que realizaram, como também por terem demonstrado as perspectivas que eram abertas para quem se

aventurasse a migrar para outros estados pelo MST. Afinal, todos eles tornaram-se lideranças destacadas da organização.

Uma característica comum desta geração de “pioneiros” é pertencerem a famílias de católicos praticantes e serem eles próprios freqüentadores da igreja e de atividades comunitárias. Alguns, como Joana e Artur, Paulo e Adelmo já se conheciam antes, participavam de uma rede de relações e de solidariedade pré-existente em suas comunidades, da Igreja e, sobretudo, em torno da liderança do Bispo D. José Gomes, de Chapecó. Portanto, embora tenham ido em períodos distintos e tivessem chegado em lugares diferentes, constituíram um núcleo de militantes que vivia separadamente no Nordeste, mas que se reunia periodicamente. Sua militância, em suma, se baseou e se estruturou a partir de relações sociais e de solidariedade pré-existentes, de uma considerável densidade social. A importância dessas redes para os movimentos sociais também foi apontada por Oberschall em um estudo em que ele demonstra que o sucesso do nazismo na Alemanha não se deve ao fato de este país ter se tornado uma sociedade atomizada pela crise de 29, mas sim porque o movimento nazista conseguiu captar parte das densas redes associativistas, religiosas e profissionais que se espalhavam pelo país (Oberschall apud Neveu, 2005, p.54).

Artur, natural de um município do norte do estado de Santa Catarina, era vizinho de Joana que, na época, se preparava para ser freira. “Praticamente nós tiramos ela do convento pra organizar o Movimento”, conta ele. Ela justifica sua opção de se integrar ao MST e aceitar o “convite” para ir para o Nordeste, também durante o I Curso Nacional de Jovens Monitores, por ter recebido dos pais “uma educação de que tem que ajudar os pobres, tem que estar com os pobres”. Tanto ela, como os quatro irmãos mais velhos achavam que o “caminho” para “ajudar as pessoas pobres era estudando para religiosa ou padre”. Ainda noviça, Joana abandonou a carreira religiosa por que suas superiores não permitiram que ela participasse de uma segunda atividade da luta pela terra naquele ano, a “Romaria da Terra”. Foi justamente essa perspectiva de se tornar freira que fez com que sua mãe, meio desgostosa, mas “muito religiosa”, aceitasse sua ida para o Nordeste aos 19 anos: “Eu tinha o argumento de que se fosse religiosa também não estaria em casa. Com certeza, tinha ido para a África. Era um sonho.”

Outro produto de sua formação católica e do pertencimento a famílias praticantes é o “estar à disposição da organização”, ou melhor, o seu devotamento, um quase esquecer de si, de seus interesses pessoais imediatos para interromperem os estudos,

carreiras religiosas, boas perspectivas profissionais e mesmo de acumular patrimônio em sua região de origem, para migrar para outra região, onde assumiram a representação desse novo movimento social. Este aspecto, “a vida pessoal que ficou” não foi pensada na época, mas, atualmente, já na meia idade, coloca novas questões para Artur:

Era agricultor que tinha cursado um curso superior, né? E quem sabe, podia trabalhar, dar aula durante um período, tá na roça num outro, né? Tinha já o meu carro, a minha casa. Abandonei tudo. E hoje, estar aqui não tem nada. Então a perspectiva de vida pro futuro a gente não sabe.

Essa preocupação com o futuro, com a “aposentadoria”, tende a tornar-se cada vez mais presente na cabeça desta geração, na medida em que, por terem se dedicado à militância, deixaram de lado preocupações em torno da acumulação de algum patrimônio pessoal que possam legar aos filhos que, ao crescerem, também passam a enfrentar os dilemas de sua reprodução social. De qualquer modo, apesar da condição econômica talvez relativamente inferior em relação à sua posição social e ao que poderiam ter tido em seus locais de origem, um dirigente do MST tem sempre um carro à sua disposição e uma casa. Pode sofrer periodicamente com falta ou atraso da “ajuda de custo”, mas muitos contam com a “estrutura” obtida em seus assentamentos para “segurar as pontas” em tempos de dificuldades econômicas da organização. Aliás, fazia parte, do que chamo de “teste de disposição militante” nos estados, aprender a lidar com essas agruras econômicas periódicas. Se, no início do MST, os estados podiam dispor de alguma ajuda econômica da Secretaria Nacional, fica em geral a cargo de cada um obter recursos para manter suas estruturas burocráticas e suas mobilizações. Existem, portanto, os estados mais “ricos”, que recebem bastante contribuição dos assentados e conseguem emplacar projetos com agências de financiamentos e mesmo do governo, e os chamados mais “pobrezinhos”, que enfrentam constantes dificuldades econômicas para manterem seus militantes e suas atividades e, portanto, requerem uma considerável dose de despreendimento.

É importante observar, entretanto, que um dos principais benefícios da representação profissionalizada foi obtido plenamente por esta geração. Como observa Maresca (1982, p.97), trata-se da extensão do capital social, ou seja, o aumento da notoriedade individual e da rede de relações, as oportunidades de encontrar com representantes de outros ambientes sociais, com “personalidades”, o que constitui um capital social importante tanto em termos políticos, para a organização que representa,

como em termos individuais, e mesmo, familiares. Este reconhecimento público, a estima, a admiração e o prestígio, sobretudo dentro do MST, onde ocupam postos na direção, constituem uma gratificação importante, uma retribuição nada negligenciável, e, talvez, fundamental, que dá pleno sentido a esse devotamento militante, a quem engajou sua vida na construção de um movimento social. Além disso, como sublinha Gaxie (1977), a ligação com uma causa e a satisfação de defender suas idéias são mecanismos de “remuneração simbólica” da atividade política. Elas promovem grande satisfação emocional e são mecanismos-chaves do funcionamento das organizações de massa. A camaradagem, a solidariedade, a comunidade de gostos e sentimentos experimentadas nesses grupos muitas vezes também desembocam em ganhos individuais objetivos, tais como, por exemplo, ajuda financeira, carro, moradia e viagens aos quais esses militantes têm acesso ao participarem destes movimentos, em geral não almejados conscientemente, mas que, no final das contas, justificam a durabilidade deste engajamento.

Outro traço comum entre esses militantes é que praticamente todos se utilizam em algum momento da expressão “receber a tarefa”, “vir com a tarefa”, “convite” para justificar seu despreendimento e sua decisão “de ajudar a construir o MST no Nordeste”. Entretanto é interessante investigar como esse despreendimento pessoal foi gerado. A partir de Norbert Elias (1991), é possível afirmar que esses indivíduos, oriundos de uma rede de relações humanas que existia antes deles, se inscreveram em uma nova rede que contribuíram para formar, no caso, a do MST. O campo de suas escolhas possíveis era oriundo de sua capacidade de agir sobre essa rede de interdependências na qual já estavam inscritos, marcada por suas origens sociais, culturais e seu grande envolvimento pré-existente com a Igreja e as pastorais sociais. O MST que ajudaram a construir foi gerado, portanto, com estas marcas de nascença indelévels, que explicam também a durabilidade do engajamento verificado entre os militantes deste movimento social. Afinal, militar no MST correspondeu a anseios e desejos definidos no ambiente social de origem desses militantes como sendo as melhores aspirações possíveis entre seus pares. Nem todos optaram por este percurso, mas os que optaram foram reconhecidos socialmente por isso.

Uma hipótese sobre esse “devotamento” inspira-se na análise que Pudal (1989) faz dos militantes do Partido Comunista Francês, classificados por ele de “intermediários culturais” especializados na gestão e formação de “profanos”, e portanto, com um papel muito próximo de figuras com as quais ele é raramente associado como os padres e

professores do meio rural (Pudal, 1989, p.16-17). No caso do MST, ao contrário do PCF, havia uma estreita ligação com a Igreja e, portanto, menos competição com estes mediadores, com quem os militantes comunistas franceses disputavam corações e mentes. De qualquer modo, os “intelectuais orgânicos” do MST se afastaram, criando autonomia frente à Igreja. Mas, como intermediários culturais, mantiveram características muito parecidas com a atuação de padres e agentes pastorais. Afinal, passaram a pertencer a uma organização que, desde o início, deu muito valor à formação dos “não-iniciados”, ou seja, à formação ideológica, educacional, técnica e mais recentemente, acadêmica, de seus membros. A autoridade intelectual destes militantes era tributária, em parte, dos estudos feitos em instituições religiosas, mas foi se tornando cada vez mais dependente de seu pertencimento ao MST, que pode ser considerado, assim como a Igreja, nos termos de Pudal, uma “instituição de formação de quadros e de gestão das classes dominadas”. Esse aspecto se depreende do depoimento de Joana:

Se eu estivesse no Nordeste e não estivesse no MST, não teria a formação política que tenho. Não teria conhecido as diferentes realidades que elas formam. Não teria a oportunidade de conhecer outros países, outros movimentos sociais. Então, eu estando no Nordeste ou estando em outro lugar, mas estando no MST é que me fez mudar.

Neste sentido, serem os representantes do MST nestes estados, tornarem-se uma liderança “forte” é produto de um duplo movimento, como observa Artur: “A gente foi se constituindo. O Movimento também. A gente foi estudando e crescendo com o Movimento”.

Outra hipótese que pode explicar esse devotamento militante é que, quando deixaram de lado uma trajetória de reprodução social previsível em sua região para receber a “tarefa” de se aventurarem pelo Nordeste, esses jovens militantes podem ter se sentido privilegiados por terem sido eleitos para servir este movimento social, expressando gratidão pelo MST, fenômeno que Pudal (1989) reconheceu entre os quadros do PCF francês. Embora os membros da primeira geração não expressem esse sentimento nas entrevistas, ao contrário dos da segunda, a naturalização com que explicam como aceitaram o “convite” para ir para o Nordeste esconde todo um arcabouço de valores e disposições tributários tanto de sua formação católica, como do momento de vida em que estavam. Afinal, a militância é uma escolha de como viver a juventude e decorre no período que geralmente transcorre entre os 18 e os 27 anos. Neste período, os

jovens geralmente estão em busca de seu lugar no mundo o que implica também escolhas matrimoniais. Já não “cabem” na casa dos pais e possuem um leque de possibilidades abertas, que estão de acordo com a estrutura e origem familiar, mas também são determinadas por escolhas e atitudes individualmente tomadas no contexto familiar, cultural e social. Como observa Yon, “as propriedades sociais dos jovens escolarizados facilitam sua identificação com o papel de revolucionário profissional, militante em tempo total próprio ao modelo leninista de partido de vanguarda” (2005, p.146). Não por acaso, estas teses estavam em franca popularização nos cursos do MST deste período.

Artur conta que a ida para a Bahia já vinha sendo trabalhada em suas atividades junto à Igreja, em Santa Catarina, onde era diácono. Lá havia três dioceses que tinham como “tarefa missionária” apoiar as igrejas da Bahia. Assim como ele, vários catarinenses leigos, seminaristas, freiras e padres haviam percorrido esse caminho.

Aproveitamos muito o trabalho que a Igreja tinha, principalmente em Itamaraju, os franciscanos, os capuchinhos. Tinha também um trabalho da oposição sindical, que nós utilizamos. Nós tínhamos uma grande tarefa pela frente, missionária, que era de salvar daquela situação de miséria. E ali tava muito explícito a contradição entre o sem-terra e o latifúndio.

Ele conta que em Santa Catarina, mesmo que existissem muitos latifúndios, eles coexistiam com as pequenas propriedades familiares. A pobreza, portanto, não era tão aguda. Na Bahia, o contraste social era, em sua visão, muito mais forte. “De um lado eucalipto, cacau, boi”, grandes propriedades sub-utilizadas; e, do outro, “gente nas ponta de rua”, um “povo desanimado”. Justamente por esta presença já marcante de padres e agentes pastorais sulistas no Nordeste é que Artur acredita que eles foram rapidamente bem aceitos pelo povo. Mal chegaram e foram direto para o “trabalho de base”.

Eu cheguei em junho, e na primeira ocupação (setembro) nós já viramos, digamos, liderança, referência. Também o povo tá acostumado com padre, a maioria da Igreja é italiano, né? Então fala enrolado. Então, de qualquer forma, isso até ajudou porque tinha aquela credibilidade da Igreja. Olha o padre falando enrolado aí, né?

Por serem depoimentos dados 20 anos depois, com os olhos do presente e com perspectiva histórica sobre as escolhas feitas ao longo de sua trajetória de vida, é importante pensar em um possível distanciamento desses relatos. Afinal, a memória individual acessada nestes depoimentos tem como suporte o grupo social ao qual eles pertencem e, portanto, destaca no passado aquilo que permanece vivo em sua consciência

e que, por sua vez, está devidamente mediado com as vivências e preocupações atuais (Halbawchs, 1990). Aquilo que os entrevistados apontam como “imposição”, “receber uma tarefa”, “convite” para ir para o Nordeste de algum modo escamoteia a intensa paixão, que geralmente acompanha o engajamento ao MST<sup>16</sup> e que, depois de tantos anos de militância, na qual a vida pessoal se mesclou tão intensamente com a vida da organização, pode não estar mais tão presente na memória dos entrevistados. É como um casamento em que os anos fazem desbotar a paixão inicial que deu sentido àquela união. Rotiniza-se. O amor, até pode permanecer, mas já mediado por todos os dissabores, decepções, conflitos enfrentados nesta jornada. No entanto, a vida pode perder todo o sentido com o rompimento. O “custo da permanência” parece menor do que o “custo da saída”, visto que significa a ruptura de um “engajamento fusional total” (Pudal, 2003, p.158) que pode ser determinado por um evento ou por uma mudança de percepção do indivíduo que, em geral, provoca um luto bastante difícil, como ocorre geralmente com padres e freiras quando deixam a vida religiosa (Ibid., p.156).

O estar cotidianamente disponível às necessidades do Movimento, este sentido de “devoção” a essa causa também era vivido pelos dirigentes agrícolas franceses oriundos da JAC (Jeunesse Agricole Catholique). Como descreve Maresca (1983), estes líderes do campesinato “rico” francês, invocavam sua “natureza”, sua personalidade e usavam metáforas médicas como “vírus” para explicar a importância que davam à sua vida pública, ao seu engajamento. Estes dirigentes, responsáveis pela intensa modernização da agricultura naquele país, compartilhavam curiosamente de alguns valores semelhantes aos dos militantes do MST. No ambiente da JAC, que guardadas as expressivas distâncias sociais, políticas e geracionais, pode ser considerada a Pastoral da Juventude francesa, trabalhava-se também com o método “ver, julgar e agir”, da Igreja Católica, e se valorizava profundamente o “espírito de serviço”. Para Maresca, esta disposição particular é provavelmente o produto de um trabalho de inculcação efetuado durante a infância, sobretudo na família e em escolas privadas católicas. No caso brasileiro, este “espírito de serviço” foi transmitido por famílias e comunidades rurais onde a religião era

---

<sup>16</sup> No início dos anos 90, escutava frequentemente que tinha sido “contaminada pelo vírus” do MST, quando observavam minha disposição em assumir alguma tarefa concreta que me integrasse mais à vida do Movimento. Em geral, no início, o convite para “tarefas”, não é explícito. O Movimento tem que organizar, digamos, uma mobilização, um encontro e como você está por perto, acaba encontrando um jeito de “ajudar” em alguma coisa. É uma dinâmica constante. Naquela época, na medida em que ia me tornando mais confiável, foram aumentando minhas responsabilidades. Mas eu procurava o tempo todo encontrar uma forma de me tornar útil e aceita pela organização

onipresente. É importante ressaltar que, em geral, depois da formação primária feita em escolas locais, a única alternativa de garantir a continuação dos estudos dos filhos desses camponeses eram os seminários católicos.

A ideologia judaico-cristã do “chamado” e dos “eleitos” justifica em grande parte a sucessão de solicitações e serviços prontamente atendidos por estes jovens militantes que, ao optarem por este caminho sem volta, confirmaram seu pertencimento a um “povo eleito” para construir um movimento social que representava os mais pobres entre os pobres do campo: os sem-terra.

Um ingrediente poderoso deste engajamento e despreendimento foi, sem dúvida, o “sonho”, como recorda José: “Nós tinha um sonho muito grande de mudança, de que as coisas iam acontecer mais rápido, né? No Brasil, então, havia toda uma expectativa. Eu tava muito à disposição. Vai pra lá, vem pra cá...” Ele conta que, nesta época, não estava interessado em “ter nada em lugar nenhum”. Seu projeto era ficar sempre disponível para “viajar” pela organização, quando fosse necessário, como fez quando passou cerca de dois anos no Mato Grosso do Sul: “Aonde chegava, o Movimento viabilizava lá um fogão, uma geladeira, um local de morar e pronto. Saía de lá, ficava pra alguém, ia pra outro canto e assim ia. Então era o que eu mais gostava.”

José confessa que se fosse para ele decidir, teria ficado naquele estado e não voltado para Sergipe, pois “fez muita amizade” e já vinha fazendo uma discussão com um grupo para construir uma cooperativa quando assentados. “Mas aí, quando decidiu, voltei”<sup>17</sup>. Este “engajamento total”, fundamento do compromisso “revolucionário”, modelava tanto as disposições destes militantes como as representações que faziam das condições políticas vividas naquele momento:

Nós era novo, não tinha muito conhecimento da realidade, da história do Brasil, das mudanças. Nós tava muito empolgado com uma possibilidade de revolução, de mudança no Brasil. Havia todo aquele clima a nível internacional ainda. Tinha a questão da Nicarágua que a gente tinha uma simpatia muito grande. E tinha a questão do próprio PT, né? O PT era forte, continuava crescendo e com possibilidade de mudança. A gente acreditava na época. Quer dizer, a eleição de 89 ainda foi bonita, forte, de empolgar a militância.

Essa necessidade de “acelerar” as lutas no Nordeste, a sensação de que as mudanças estavam para acontecer, esse entrar em perspectiva histórica é um traço muito

---

<sup>17</sup> José foi chamado a voltar por conta de crises internas do MST no Sergipe, onde havia risco de dissidência ou divisão



marcante do “estilo MST de militar”. Ele marcava os repertórios de ação, as escolhas políticas, as formas organizativas, os modos de sociabilidade e a vida pessoal destes militantes. Deste modo, também estruturava o MST, gerando características do que ele veio a desenvolver a partir daí. Hoje, mais maduros, com mais conhecimento da “realidade, da história do Brasil” e com a decepção com a política de reforma agrária do governo Lula, esses militantes ponderam em cima de “uma realidade meia sem perspectiva a médio prazo”. De qualquer modo, olhando os momentos iniciais do MST e o fato de terem tomado decisões “questionadas pelas assessorias, pelos intelectuais”, José deixa transparecer o que talvez seja o aspecto imponderável das crenças que tornam aspirações realidades:

Eu me lembro que, na região Nordeste, em todo encontro, você via a conjuntura sempre ruim, difícil de fazer. Todas as decisões nós tomava sozinho. Então eu também vejo a nível de realidade hoje que depende muito de decisões, tem que ter organização, mobilização, mas tem que ter decisões que correm às vezes o risco, né? Tem que arriscar às vezes, mas arriscar e fazer. As coisas só mudam se fazer.

### **Segunda geração: os militantes especializados**

Os militantes do MST enviados para o Nordeste atuaram como “intermediários culturais” especializados na “gestão e na formação de classes dominadas” (Pudal 1989), ou seja, como intelectuais orgânicos (Gramsci, 1978) que, assim como os padres, detêm uma autoridade de saber, no caso, uma “metodologia” que é dependente da instituição a qual pertencem. O enraizamento do MST nesses locais deveu-se a uma dinâmica baseada no “trabalho de base”, na multiplicação de ocupações de terra e acampamentos, à formação ideológica e à projeção política de lideranças locais. Esse processo corresponde a uma socialização de um tipo muito particular que se dá concomitante a um trabalho simbólico de imposição de uma crença identitária (Pudal, 1989, p.29). A cada ocupação, a tarefa dos sulistas era formar novos militantes, atraindo-os para engajar-se na luta e ajudar a organizar mais famílias para criar novos acampamentos e ocupações de terra. José explica que a projeção de lideranças era fundamental para a construção de um movimento “autônomo e não um movimento ligado à a, b ou c”: “ Para construir essa autonomia, nós teria que ter lideranças e gente que preparasse novas lideranças, uma nova metodologia. Um trabalho para, vamos dizer, sair da dependência da igreja ou do sindicato”.

As próprias “tecnologias” de formação do MST, portanto, visavam traçar fronteiras e se dotar de signos distintivos das instituições que os precederam nas regiões para a quais eles se transferiram, trabalho simbólico importante para que os novos integrantes desse novo movimento social se reconhecessem como grupo e se tomassem como diferentes dos outros, instituindo “um dentro” e “um fora” cada vez mais distintivo na medida em que o próprio movimento social ia se objetivando (Pudal, 1989).

Apesar desse esforço para preparar novas lideranças, o MST continuou enviando militantes para o Nordeste. Seu objetivo era também ter gente preparada para tocar setores específicos, como os de “Formação” e de “Produção”, ou regiões ou estados onde ainda não havia acampamentos do MST. Neste sentido, ele desenvolveu várias atividades como as chamadas FIPs (Formação Integrada com a Produção), cursos desenvolvidos por esses militantes que moravam e trabalhavam em algum assentamento nordestino, geralmente alfabetizando seus moradores. Durante esse período, o turno em que o assentado tinha que deixar seu trabalho para ir para a aula era compensado pelo fato de que o militante que vinha de fora e morava no assentamento também tinha a tarefa de trabalhar nas roças dessas famílias, dando também orientações técnicas para as experiências de produção desenvolvidas na área.

A partir de documentos do próprio movimento social, Brenneisen (2000) descreve que os objetivos econômicos do MST nessa época eram organizar a produção e a comercialização no interior dos assentamentos através da cooperação agrícola e do gerenciamento da produção nos moldes de uma empresa econômica moderna, com divisão de trabalho, produção de excedentes e desenvolvimento da agroindustrialização visando, deste modo, viabilizar economicamente as áreas reformadas. Mas o desenvolvimento do cooperativismo tinha também objetivos sociais e orgânicos, pois contribuía, na visão do MST, para “transformar a luta econômica em luta política ideológica” (Cf. MST, 1991 p. 41 Brenneisen, 2000, p. 71), através da formação e capacitação de quadros para o conjunto da luta dos trabalhadores. Com as cooperativas, os dirigentes do MST pretendiam consolidar sua base social, mudar a “ideologia do camponês”, desenvolvendo consciência social e uma nova visão de sociedade, obter uma

retaguarda econômica para a organização e liberar quadros para atividades políticas (Ibid.p. 71)<sup>18</sup>.

Neste estudo, trabalho com a trajetória de quatro militantes que viviam já há alguns anos no Nordeste no período em que foi feita a pesquisa. É interessante observar que fora Valter, os demais tomaram contato com o MST já através de relações familiares, irmãos ou irmãs que foram acampar e hoje estão assentados. Qualquer categorização pode ter suas falhas, mas resolvi agrupar essas trajetórias particulares nesta chamada “segunda geração” porque a maioria desses militantes deslocou-se de modo individual para o Nordeste e tiveram seu período de formação na época do extremo silenciamento e repressão, ocorrido durante o Governo Collor, que produziu uma geração marcante de militantes do MST do Rio Grande do Sul, hoje espalhados em vários estados do país<sup>19</sup>. Não por acaso, somente Valter, que nasceu no Rio Grande do Sul, é oriundo do MST de Santa Catarina. Os demais são do MST gaúcho. Todos, entretanto, nasceram em municípios do Alto Uruguai, noroeste do estado, que faz divisa com o Oeste de Santa Catarina. É esta a região de origem da maioria das famílias dos primeiros acampamentos do Rio Grande do Sul e até hoje oferece a maior base social do MST neste estado, computando-se as famílias que hoje estão assentadas. Desconsiderando-se a fronteira que faz com o estado de Santa Catarina, onde vigoram praticamente as mesmas condições sociais e econômicas, esta região também deu origem a outros movimentos sociais de trabalhadores do campo como a CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) que depois, articulado com outras organizações de “atingidos”, se tornou movimento nacional como MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)<sup>20</sup> e Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul)<sup>21</sup>. É importante frisar que o Oeste de Santa Catarina e

---

<sup>18</sup> Alguns militantes enviados para o Nordeste para ajudar a implantar experiências cooperativas na região, retornaram para seus estados de origem justamente por fazerem parte de grupos de assentados que formaram cooperativas em seus assentamentos, então em plena fase de estruturação.

<sup>19</sup> Minha tese de mestrado (Lerrer, 2005) aborda esse contexto, mas também há um livro de Goergen (1989) que trata de outro conflito violento ocorridos com acampamentos do MST gaúcho nessa época

<sup>20</sup> Movimento que faz parte da Via Campesina, que se formou em torno da liderança do hoje deputado estadual Frei Sergio Goergen, religioso que atuava no MST do RS, próximo a seu núcleo dirigente.

<sup>21</sup> Esta federação se originou do Departamento Regional Rural da CUT, articulação sul do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. Em tese, esse departamento reunia os chamados sindicatos “combativos” da região Sul do país, que se auto-denominavam desta maneira para se diferenciarem dos sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Contag. Elas tentaram “tomar” as federações, mas nunca o conseguiram. Como resultado, surgiu uma federação de agricultores familiares, a Fetraf Sul, em SC, cuja filiação não foi aceita pela Contag. Em 2005, foi fundada a Fetraf Brasil.

do Paraná foram “colonizados” por muitos agricultores gaúchos oriundos justamente dessa região do Rio Grande do Sul, que foi a última a ser ocupada e que recebeu imigrantes de diferentes origens.

Ao contrário dos “pioneiros” da “primeira geração”, estes militantes não ocupavam as mais altas instâncias do MST. Eram quadros intermediários<sup>22</sup>. Dois deles foram para atuar na área da formação vinculados ao projeto do MST de fomentar o cooperativismo em seus assentamentos<sup>23</sup>. Seu “convite” para ir para outros estados veio de instâncias nacionais. Valter tomou contato com os acampamentos ainda em Encruzilhada Natalino. Antes disso, acompanhou a primeira ocupação de terra ocorrida em Santa Catarina, na fazenda Burro Branco, iniciada em maio de 1980, que ocorreu em sua comunidade. Com a mãe viúva e mais quatro irmãos para repartirem 7 hectares de terra, Valter se colocou a problemática de sua reprodução social desde cedo, pois não via condições dele próprio ter sua família. Assim, acabou embarcando na efervescência político religiosa que tomava conta da região de Chapecó em fins dos anos 70. De família luterana, passou a “adquirir consciência política” nos cursos bíblicos dados pelo pastor. Na década de 80, a região oeste de Santa Catarina, era praticamente toda mobilizada, incentivada sobretudo por agentes pastorais: “Tanto luteranos, como católicos. Tinha os cursos de formação do PT, CUT, Movimento de Mulheres, Movimento Sindical e o Movimento Sem Terra, né? Foi tudo junto. Foi juntando”

Depois de servir ao Exército, Valter trabalhou como caminhoneiro, conhecendo diversos cantos do país e, em 1988, concorreu a vice-prefeito de sua cidade, pelo PT. Seu ponto de partida na militância no MST foi em 1989, quando, fazendo um trabalho de base em seu município, conseguiu mobilizar cerca de 1000 famílias para fazer uma ocupação no município de Palma Sola. Indicado para compor a direção estadual do MST, Valter foi convocado para ir para Florianópolis, onde ficou fazendo “uma articulação com os trabalhadores urbanos” até final de 1993. “Daí precisava o pessoal vim pro Nordeste, aí me fizeram o convite, né? Daí nos 100 anos de resistência de Canudos, eu

---

<sup>22</sup> É importante observar que esta questão de “cargos” nem sempre é importante dentro do MST. Alguns dirigentes podem não estar ocupando as instâncias mais altas, mas continuam tendo grande peso nas decisões e são referências fundamentais. Sua trajetória dentro da organização lhes confere essa legitimidade.

<sup>23</sup> Na tese que dá origem a este trabalho, estão incluídos na segunda geração outros militantes que foram para o Nordeste mas retornaram para seus assentamentos no Rio Grande do Sul.

fui para a Bahia<sup>24</sup>”. Solteiro, Valter casou-se na Bahia e teve um filho. Seu “desafio” era ajudar a organizar o Sistema Cooperativista nos assentamentos nordestinos. Era o período do governo Collor e o Movimento<sup>25</sup> estava “voltado para dentro de si para organizar internamente os assentamentos”.

Com “experiência no Sul”, tanto com as cooperativas tradicionais como com as cooperativas do MST, Valter hoje avalia negativamente o modo como tentaram organizar as cooperativas no Nordeste. Ele analisa que foi “uma imposição” e até mesmo “um equívoco”, pois eles copiaram o modelo do Sul e levaram para lá. Depois de separar-se da mulher e ter divergências políticas no estado da Bahia, Valter foi para o Sergipe, onde ficou algum tempo contribuindo também no setor de produção.

Antonio estava preparando-se para a vida religiosa quando teve uma decepção com a Igreja e resolveu entrar para o MST, já formado em Ciências Religiosas. Ele conta que o “estopim” para sair ocorreu em abril de 1989, quando, ao invés de ficar no retiro espiritual que sua ordem estava fazendo, decidiu participar de um ato ecumênico em favor de um grupo de sem-terra que estava fazendo greve de fome. Além de ficar chocado com o fato de o então cardeal de Porto Alegre ter trancado a catedral para o ato não ocorrer lá dentro, Antonio incomodou-se com a forma como foi avaliado pelo diretor da ordem por ter saído do retiro espiritual, mas esperou até julho, quando concluiu o curso, para sair da ordem. Incentivado pelo pai, que achava que entrar para o Movimento “era o caminho”, acabou integrando o acampamento que se iniciou em setembro de 1989, com a ocupação da fazenda Bacará, em Cruz Alta .

Seu contato com o MST começou através de uma irmã que, depois de casada foi acampar com o marido na Anoni, sendo assentada lá. Hoje a maior parte de seus irmãos está de alguma forma ligada ao Movimento. Ele é assentado no mesmo grupo de um deles e tem mais duas irmãs assentadas em outras áreas. Além disso, uma irmã e um irmão trabalham em estruturas cooperativas do MST.

A primeira vez que saiu do Rio Grande do Sul foi em 1992 para atuar no Ceará, na época numa “fragilidade muito grande”. Foi deslocado por intermediação da Secretaria Nacional. para trabalhar na área da formação naquele estado, mais

---

<sup>24</sup> Mobilização realizada junto com a CPT em outubro de 1993, onde se comemorou a ocupação da fazenda Canudos, local onde foi erguido o povoado de Belo Monte, sertão da Bahia, onde se reuniram os seguidores de Antonio Conselheiro. Para participar desta mobilização, todos os estados onde o MST estava organizado enviaram ônibus com o objetivo de celebrar Canudos e participar da Romaria da Terra realizada no local.

<sup>25</sup> Movimento em caixa alta é um modo de me referir ao MST.

precisamente na FIP, onde, assim como Valter, tinha a “tarefa” de trabalhar “a questão mais coletiva e a cooperação”. Em seu acampamento, no Rio Grande do Sul, Antonio já atuava na área da formação. Conhecido como “Pinheirinho”, seu acampamento, formado inicialmente em 1989, e o anterior, formado em 1987, conhecido como do “Salto do Jacuí”, projetaram muitos militantes que foram deslocados para outras regiões do país, muitos dos quais inclusive são lideranças assentadas em outros estados. Para ele, o destaque desses militantes espalhados pelo Brasil se deve ao trabalho de “formação” que “tem que começar desde o início” do acampamento.

Depois que seu grupo do acampamento foi assentado, eles decidiram formar uma cooperativa com trabalho coletivo, e Antonio voltou para seu estado para ajudar a estruturá-la. Casou-se com uma cearense, que também foi para o Rio Grande do Sul, onde cursou magistério em Ijuí. Em 1999, foi designado pela direção nacional para voltar para o Ceará em 99, como parte das “Brigadas Nacionais”. Durante o trabalho de campo, estava na Paraíba, onde estudava História<sup>26</sup> e tinha como tarefa, sendo membro do Setor Nacional de Produção, coordenar e acompanhar cursos técnicos agropecuários existentes em toda a região. De sua experiência com cooperação no Nordeste sobrou a vontade de pesquisar um caso para seu trabalho de conclusão de curso. “Quero trabalhar essa questão de porque a cooperação agrícola no Nordeste, ao menos dentro do Movimento Sem Terra, não dá certo”.

Dora saiu do Rio Grande do Sul para trabalhar um tempo na Secretaria Nacional. De São Paulo, partiu em 97 para ajudar a organizar o MST no Tocantins. Depois foi para a Paraíba e hoje vive em Pernambuco, casada com um pernambucano também militante da organização<sup>27</sup>. Filha caçula de uma família de origem polonesa, foi aos 11 anos para a Anoni para cuidar da filha do irmão, então acampado, e ter chance de estudar, pois seus pais não tinham condições de lhe pagar material escolar e transporte em seu município. No acampamento, a escola já ia até a 8ª série. No entanto, por dificuldades financeiras e por insistência de seus familiares, Dora trabalhou durante dois períodos de sua adolescência na casa de famílias, onde fazia o trabalho doméstico, trabalhava como babá e estudava à noite. Durante parte desse período morou com suas irmãs, então recentemente assentadas na região de Porto Alegre, onde começou a ter contato mais

---

<sup>26</sup> Curso especial para o MST, vinculado ao Pronera. Nele, Antonio é colega de Dora e Joana.

<sup>27</sup> Como seu deslocamento foi individual e não dentro das brigadas nacionais, considero Dora parte da segunda geração de militante.

direto com a vida interna do MST. O primeiro impacto que lhe deu vontade de largar tudo – escola e trabalho – para ficar só no MST foi durante uma “mística” de um encontro de formação de monitores em alfabetização, do qual participava a convite da irmã. Ela conta ter sido tomada pela emoção: “Me lembro que a primeira música que vi eles cantando era ‘América Latina’ e eu endoidei. Disse para ela que eu não queria voltar de jeito nenhum”.

Central no *habitus* militante do MST, as “místicas” são celebrações e encenações que se apóiam no cultivo da memória ou da história que com diferentes recursos simbólicos comunicam valores capitais do MST como “a unidade com o todo, disciplina como renúncia” (Chaves 2000, p.53). Essas celebrações políticas presentes em todos os encontros e reuniões do MST funcionam como uma “espécie de ritual de acolhida” (Caldart, 2004, p.211) para os que estão se aproximando do MST, assim como reatualizam o elo de lealdade e pertença ao Movimento para aqueles que já são seus integrantes, por diluir as individualidades presentes nessa sensação de um todo compartilhado, muito semelhante às vivências despertadas pelas celebrações religiosas. As “místicas” também tem sua origem no patrimônio da Igreja tradicional e da religiosidade popular, reafirmando o “nexo entre religião e política” que são elementos marcantes do estilo de militância do MST.

“A febre de ir acampar” atacou Dora, aos 16 anos, quando estava trabalhando em uma casa de família em Porto Alegre. Com amigos fazendo a articulação para o acampamento de 1993 e freqüentando a secretaria estadual e o assentamento das irmãs no fim de semana, Dora firmou pé e foi sozinha. Ela conta que no acampamento acabou tendo “toda aquela vida que queria”:

Saber como era o Movimento, participar de coordenação de núcleo, de coordenação de acampamento, fazer ocupação. Não perdia uma ocupação, não perdia uma vistoria de área. Era a maior pentelha. Lá no Sul se faz muito isso: a vistoria das áreas à noite, pra depois ir ocupar. Se sonhasse que ia ter vistoria, já me enfiava no meio dos meninos pra ir fazer.

Em 1994, foi uma das escolhidas de seu acampamento para participar da chamada Escola Nacional, que na época funcionava em Caçador (SC). “Quase morri de alegria”. Ela conta que fazer a Escola Nacional era quase como “uma emulação para qualquer

militante”<sup>28</sup>. Recorda que o Movimento era “super rígido na disciplina, no estudo”. Escolhida como uma dos cinco melhores alunos desta turma, na volta, Dora foi convidada para fazer parte do Setor de Formação. Sua primeira atividade foi ajudar no Laboratório Organizacional de Campo que estava sendo feito no assentamento Capela de Santana, o mesmo de Antonio. A seguir, foi para o Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), em Veranópolis (RS) coordenar a segunda turma a entrar nesta instituição. Foi durante esta experiência que Dora conheceu pela primeira vez o Nordeste, passando um dos seus períodos de “comunidade”<sup>29</sup> em um assentamento no Sul da Bahia. Inexperiente, “muito novinha” e com dificuldades diante da responsabilidade que tinha ao coordenar o curso TAC (Técnico em Administração de Cooperativas) - “era muito massacrante” - Dora acabou desistindo do curso no último semestre. Foi convidada para ir para a Secretaria Nacional para ajudar nas atividades que comemoravam os 30 anos da morte do Che Guevara e, de lá, aceitou o convite de ir para o Tocantins, onde contribuiu na implantação do MST neste estado junto com dois outros militantes. Estado tradicionalmente violento em termos de conflitos fundiários, os três militantes deslocados para lá logo passaram a estar na mira de pistoleiros. Loira e de cabelos lisos, Dora certamente era a que passava menos despercebida no Norte do país. Assim, não pode ficar lá por muito tempo, recebendo “a proposta da “Nacional” de ir para a Paraíba, estado onde o MST tradicionalmente enfrentava dificuldades, em parte pela concorrência com a atuação da CPT.

---

<sup>28</sup> A Escola Nacional, nesta época, funcionava em Caçador (SC), em um seminário doado para o MST. Estes cursos reuniam militantes de todo o país e eram destinados a aprofundar a formação ideológica deles. Depreende-se do depoimento que ir para o curso implicava em alguma forma de ascensão hierárquica dentro do MST, no sentido de era sentido como um reconhecimento, um prêmio ser escolhido para ir e significava uma porta de entrada para que essa pessoa se tornasse militante e mesmo dirigente da organização. De qualquer modo, isso podia não representar mudança de status para o militante. Mas como o curso era intenso e significava passar alguns meses juntos com outros militantes, essa socialização deve ter sido importante para aprofundar o *habitus* militante desses jovens que voltavam de lá treinados e munidos para expandir o MST, assim como tinham estendidas as relações sociais com pessoas de outros estados, fortalecendo essa rede militante.

<sup>29</sup> Os cursos organizados e vinculados ao MST costumam ter um período letivo diferente do tradicional, prevendo o retorno dos alunos para suas áreas sejam elas, assentamentos ou acampamentos em seus estados. Desse modo os alunos passam um período de estudos intenso, de cerca de três meses, alojados coletivamente em um lugar. Eles intercalam esse período de confinamento com três meses de “período na comunidade” onde devem realizar pesquisas e trabalhos de conclusão das disciplinas estudadas. Essa metodologia vale tanto para os cursos técnicos, como superiores e foi incorporada pelos cursos financiados pelo Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária).



Agregando-se a um novo grupo de militantes, catarinenses e pernambucanos, Dora diz que se cansou logo de sua tarefa inicial de organizar a secretaria do estado. Participou da Marcha Popular pelo Brasil e, na volta, foi deslocada para organizar a regional do Cariri, a mais seca do sertão paraibano. Casou-se com um dos militantes pernambucanos também deslocados para a Paraíba e hoje é mãe de um filho. Vivia em Caruaru, Pernambuco, onde seu marido é assentado. Trabalhava no setor de projetos da secretaria estadual e fazia graduação em História, quando foi feita a entrevista. Tendo saído tão precocemente de casa, Dora hoje alenta a idéia de voltar a morar no Rio Grande do Sul, perto dos pais. Com sua fala já carregada no sotaque nordestino, não esconde uma ponta de dúvida em relação a esse projeto: “não sei mais se eu me acostumo”.

Ao contrário de Dora, Lucas não era considerado um “militante” do MST do Rio Grande do Sul e nunca sequer havia sido indicado para estudar na Escola Nacional. Desse modo, acabava deixando de ter acesso a esta experiência que funcionava como uma espécie de “credencial” para se tornar militante e, frequentemente, ascender na organização.

O sonho da minha vida quando eu comecei a militar no Movimento, ainda no Rio Grande, era fazer a Escola Nacional do Movimento Sem Terra. Era o sonho da minha vida. Tinha vontade de chorar, de bater em gente porque não me deixavam ir. Aí os caras vinham, faziam a Escola Nacional, voltavam e abandonavam o Movimento.

Sua ida para Pernambuco foi articulada individualmente, quando foi indicado para fazer um curso “não de formação política”, mas de “técnicas alternativas” no município de Braga (RS), para o qual vinham alunos de vários estados do país. Como ele nutria uma grande curiosidade de conhecer o Nordeste, diz não ter sido difícil se entrosar com o pessoal da região, conseguindo abrir, por conta própria, um “canal” para ir para Pernambuco.

Oriundo de uma família de pequenos produtores de Alpestre, “um dos 10 municípios mais pobres do Rio Grande do Sul”, Lucas completou o primário e fez um supletivo para concluir o então Primeiro Grau. Diz ter entrado no MST “não por consciência”, mas “mais na intenção de fugir daquela vida que vivia ali”. Seu pai era, segundo ele, “um velho carrasco da gota” e um de seus irmãos mais velhos já estava no MST quando ele decidiu acampar em 1991.

A gente mais queria fugir daquela vida que vivia ali, sem acesso a nada, sem conhecimento nenhum, ali matado na unha, né? Ser pequeno agricultor lá e ser no MST, eu podia ser tanto lá como no MST. Porque

lote de terra do tamanho de um lote que tem nos assentamentos, meu pai, enfim, a gente tinha condições de ter cada irmão.

Ele conta ter passado dois anos acampado, mas “sem militar no Movimento Sem Terra, até porque não tinha nenhuma formação, nenhuma visão no que podia ajudar”. Como não era visto como “militante”, foi com dificuldades que Lucas conseguiu sua “liberação” do acampamento onde vivia para ir para Pernambuco em 1995. “Foi assim meio por conta”. Chegando lá, sem definição de tarefa, primeiramente foi “encaixado” na coordenação de um curso que ia ocorrer em um novo assentamento do estado. Pouco depois de três meses, por não querer ficar “plantando repolho, cenoura, beterraba”, entrou em contato com Joana, na época vivendo no sertão pernambucano que articulou a ida dele para lá.

Em 1995, em meio à falência de diversas empresas de fruticultura irrigada, que não recebiam mais recursos do governo para continuar rolando suas dívidas, Lucas se deparou com uma massa de desempregados que via naquelas fazendas falidas uma oportunidade concreta de ter um pedaço de chão próximo às margens do Rio São Francisco. Junto com 48 coordenadores de grupos dos trabalhos de base, foi para o III Congresso do MST, realizado neste ano. Impressionados com “toda uma grandiosidade”<sup>30</sup> que havia naquele evento, que reuniu 5 mil militantes - primeiro do qual Lucas participava - os coordenadores voltaram para a região “contagiados”, aumentando expressivamente o número de famílias que participavam dos, ao todo, 68 grupos de trabalho até então articulados no sertão.

Embora desaconselhados pela direção estadual, por conta da falta de recursos, de militantes e de estrutura do próprio Movimento, o grupo, fez a ocupação com 3.028 famílias no dia que haviam previsto, 7 de agosto (no Jornal Sem Terra de setembro de 1995 está 6 de agosto), entrando na fazenda Safra, que pertencia à Cica Norte. Até então o MST nunca havia conseguido reunir um contingente tão grande de famílias para uma ocupação na região Nordeste. A partir desse acampamento, o MST passou a se espalhar por esta região, onde hoje se concentra a maior parte de seus assentamentos neste estado.

---

<sup>30</sup> As atividades “nacionais” organizadas pelo MST, como Marchas, Congressos, etc. têm por objetivo “chamar a atenção da sociedade” para as questões disputadas pelo MST, mas também ajudam a “animar” e a organizar os militantes internamente. Em geral, isolados em acampamentos e assentamentos no interior do país, são nesses grandes eventos que o sentimento de pertença a algo bem maior é ativado, “empolgando” o engajamento. Também não se pode esquecer que esses encontros muitas vezes significam para essas pessoas uma “viagem” com alojamento e comida precária, mas de graça, para um lugar desconhecido, como Brasília, a capital do país, chariz altamente atrativo para elas.

Pai de um filho quando foi feita a entrevista, Lucas ainda não havia “formado família”, ou seja, casado. Ostentava, no entanto, uma aliança de compromisso no dedo. Considerado militante do MST de Pernambuco, durante esta pesquisa estava na Paraíba para evitar as tocaias e ameaças de morte que vinha sofrendo no Vale do São Francisco.

### **Conclusão**

As trajetórias dos militantes da primeira e da segunda geração que migraram para o Nordeste refletem disposições que condicionam um estilo de vida e uma visão de mundo específica compartilhada pelos integrantes deste movimento social. Elas apresentam até uma espécie de homogeneização social que provavelmente não se repete nas gerações de militantes que se sucedem no MST. A princípio porque todos são oriundos do meio rural, mais precisamente de comunidades de pequenos agricultores do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e essa característica provavelmente não impera mais entre os militantes do MST, visto que hoje muitos de seus integrantes são oriundos de outros meios sociais.

Fica patente entre os entrevistados que a ida para os acampamentos e para a militância no MST era uma alternativa para a crise de reprodução social pela qual passavam esses filhos de camponeses. De famílias com pouca terra, chegaram à idade adulta em um período de democratização do país, em que a “reforma agrária” disputa com a “fronteira agrícola” as promessas abertas para eles poderem se reproduzir como agricultores. Ao contrário de outros companheiros de geração, os membros desse grupo social descartaram a cidade como alternativa possível.

Observa-se que, se na primeira geração a socialização através da Igreja é mais marcante. Já, na segunda, o próprio MST passa a ser o ambiente onde se constrói e se cristaliza essa sociabilidade militante, assim como a disposição em correr mundo para atender o “chamado” da organização. Em ambos os grupos, nota-se um despreendimento em relação a projetos pessoais individuais, associando os rumos de sua vida a um destino coletivo. Oriundos de comunidades rurais e de famílias geralmente de muitos filhos essa disposição tem suas origens no “missionarismo” presente e estimulado pela Igreja católica, mas também é fruto de uma percepção das retribuições que uma “carreira” de militante poderia acarretar, como a oportunidade de conhecer novas realidades que raramente teriam se continuassem vivendo em suas comunidades rurais de origem.

A decisão de se inscrever em um destino coletivo se apóia em toda uma vivência familiar e mesmo individual em instituições que estimulam essa disposição. Como o MST surge como um “filhote” deste ambiente sócio-político, até por ser conduzido por jovens e basear suas lutas em ações vistas como “violentas” e “ousadas”, carregava um maior teor de radicalidade ideológica que gerou um ambiente social bastante atraente para jovens que não só buscavam um lugar no mundo, como precisavam fazer uma ruptura com a família para poderem criar a sua própria. O engajamento no Movimento torna-se, deste modo, um estilo de vida, uma maneira de viver a juventude e acompanha a busca, por parte desses jovens, de um status independente da família e de seu ambiente social de origem (Yon, 2005, p.146).

Com a chegada dos filhos e a estruturação das famílias, há uma tendência a permanecerem nos lugares onde estão, o que não implica de maneira alguma que a possibilidade de rumar para outro lugar não seja novamente colocada. Em todas essas opções, o estar dentro do MST, o “engajamento total” é uma pré-condição para eles serem cogitados para determinadas “missões” ou não.

É importante destacar que o engajamento dos militantes de primeira geração se dá em um período onde o MST era um movimento novo, com pouquíssima expressão política nacional, onde seu principal objetivo era expandir-se para novas regiões, fazer proselitismo desta nova “fé” na possibilidade de “transformar” o país através de ocupações de terra, acampamentos e luta pela reforma agrária. Já os militantes da segunda geração, em seus primeiros contatos com a luta do MST, enfrentaram um período marcado pela repressão e silenciamento da luta pela terra e a reforma agrária, e que também reverberava também a “queda” do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, característico dos dois anos de Governo Collor. Esse contexto foi representado, no Rio Grande do Sul, pelo traumático conflito ocorrido na Praça da Matriz, em que a opinião pública hegemônica ficou contra o MST, posição vivenciada internamente no MST como injusta. Este período demarca um momento de “auge militância” e explica também o grande desprendimento de militantes que, ao partirem para outros estados, enfrentaram condições de vida difícil, falta de renda, moradias precárias, pouca alimentação e riscos de vida.

Este sentimento de adversidade política possivelmente estimulou a interiorização de uma disciplina rigorosa (Yon, 2005, p.148), característico do *habitus* militante do MST até hoje, aspecto bastante visível em cursos e mobilizações que organiza, sobretudo

os de “caráter nacional”, como os congressos e as marchas nacionais. Aliás, um exemplo claro da disciplina, propagada dentro do MST como um valor, é a pontualidade para dar início às reuniões, assim como um “teto” para terminá-las, demonstrando grande capacidade de racionalidade organizacional, também produto do “espírito de serviço” e da “profissionalização” buscada e incentivada entre seus militantes.

Esse “engajamento total”, típico de organizações revolucionárias, explica não só a dinâmica de desprendimento que caracteriza o “missionarismo” dos militantes emigrados para o Nordeste, como também o fato de sua vida social, familiar e amical ser marcada por esta militância. Cônjuges, parentes, vizinhos e amigos próximos são todos vinculados a essa experiência, o que reforça também um princípio de divisão do mundo social e político que fixa uma fronteira rígida entre o “interior” e o “exterior” a esse movimento social. Se essa situação pode também ser atribuída ao estigma que os sem-terra carregam na sociedade brasileira, ela não é um processo de mão única. O “ser do MST” se constrói definindo muito claramente o que é de “fora” da organização, sendo que o “ser de fora” da organização assume degraus distintos que vão dos “amigos” aos “inimigos”. E para ser um “sem-terra do MST”, algumas vivências dentro do Movimento são mais valorizadas do que outras, como a de demonstrar “espírito de serviço” para migrar para outros estados em nome das necessidades de expansão e de estruturação deste movimento social. Foi porque alguns jovens nos anos 80 aceitaram um “convite” para “ajudar” a construir o MST no Nordeste que este movimento social encontrou o caminho para nacionalizar suas práticas de luta e modelar um particular estilo de militância que foi se estruturando e contribuindo para cristalizar esta identidade que hoje conhecemos como “sem-terra”. Deste modo, o MST, cujas ocupações e acampamentos foram incorporados por outros movimentos sociais de luta pela terra, assim como inovaram as mobilizações do movimento estudantil<sup>31</sup> e mesmo sindical<sup>32</sup>, provocou transformações sociais e culturais no cenário político brasileiro que vão muito além da luta pela terra.

## **Bibliografia:**

---

<sup>31</sup> Como exemplo, a ocupação e o acampamento organizado pela UNE no primeiro semestre de 2007 para retomar o terreno de sua propriedade no Catete até então grilado e utilizado como garagem comercial.

<sup>32</sup> A Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco) começou a promover luta pela terra através de ocupações neste estado a partir de meados da década de 90, seguindo os resultados positivos em termos de reconhecimento político e criação de assentamentos promovidos pela luta do MST.

- AGRIKOLIANSKY, Eric. 2005. “Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la LDH dans les années 1980 », *Revue française de science politique*, 51(1-2), 2001, pp.27-45
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel,
- BOURDIEU, Pierre. 2005. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. 2002. *Relações de Poder, Dominação e Resistência*. Cascavel: Edunioeste,
- CALDART, Roseli S. 2004. *A Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular. 3. ed..
- CHAVES, Christine A. 2000. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.
- ELIAS, Norbert. 1991. *Le société des individus*. Paris: Fayard
- FERNANDES, Bernardo M. *A Formação do MST no Brasil* Petrópolis: Vozes, 2 edição, 2000.
- FILLIEULE, Olivier. 2001. « Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel » *Revue Française de Science politique*, vol. 51. n° 1-2, février-avril, , p.199-217
- GAXIE, Daniel. 2005. “Economie des partis et rétributions du militantisme”, *Revue française de science politique*, 27 (1), pp. 157-188
- GORGEN, Frei Sérgio. 1989. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes.
- GRAMSCI, Antonio. 1978. *A ciência política e o príncipe moderno*. In: *Obras Escolhidas*, São Paulo: Martins Fontes
- HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, p.25-52
- LERRER, Débora Franco. 2005. “A degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre. Rio de Janeiro: Editora Revan
- MARESCA, Sylvain. 1983. *Les dirigeants paysans*. Paris: Les éditions de minuit.
- MARTINS, José de Souza. 1997 (1). *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 1 ed. 1 reimpr.
- \_\_\_\_\_. 2003. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. 1989. *Historia dos Movimentos Sociais do Campo*. Rio de Janeiro: FASE.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: Santos, Boaventura de Souza (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 189-232.
- NEVEU, Érik. 2005. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: Éditions La Découverte.

- NOVAES, Regina Reyes.1997. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997
- PECHU, Cecile. 2001. “Les générations militantes à Droit au logement”, *Revue française de science politique*, 51, (1-2), 2001, pp73-103
- PEREIRA, José Roberto. 2004. *Terras e Reforma Agrária* In: . In: Woortmann, Ellen F. Brasília: Editora UNB, pp.209-253
- PUDAL, Bernard.1989. *Prendre parti. Pour une sociologie historique du PCF*, Paris, Presses de la FNSP.
- \_\_\_\_\_. 2005. “Gérard Belloin, de l’engagement communiste à ‘l’auto-analyse’”, in Fillieule, Olivier (org). *Le désengagement militant*. Paris, Belin, pp.155-169.
- ROSA, Marcelo C. 2004. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. 259 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SCHMITT, Claudia Job. 1992, *O tempo do acampamento: a construção da identidade política do colono sem-terra*. 662 f. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Sociologia/ UFRGS. Porto Alegre
- YON, Karel. 2005. « Modes de sociabilité et entretien de l’habitus militant. Militer en bandes à l’AJS-OCI dans les années 1970 », *Politix*, 70, pp.137-167.